

LIVROS

**GABRIEL COHN E O PENSAMENTO
CRÍTICO NO BRASIL**

A ousadia crítica — Ensaaios para Gabriel Cohn, organizado por Leopoldo Waizbort. Londrina: UEL, 1998, 374 pp.

Sérgio Costa

Um livro em homenagem a um dos mais importantes cientistas sociais em atividade no Brasil, na data em que comemora 60 anos de vida, além de um número quase equivalente de décadas de serviços prestados ao desenvolvimento de um pensamento crítico entre nós, é feito que já mereceria, independentemente de seus resultados, nosso aplauso. Na medida em que este livro apresenta,

entre os ensaios reunidos, contribuições ricas, escritas por representantes expressivos de diferentes gerações de intelectuais brasileiros, o aplauso só pode ser mesmo muito efusivo.

A coletânea reúne dezoito ensaios, além de dois poemas e a mensagem dos filhos do homenageado, organizados em sete partes. O volume é — e não poderia ser de outra forma — heterogêneo e muito desigual no que diz respeito à qualidade dos ensaios reunidos. A diversidade temática dos trabalhos, por outro lado, reflete a amplitude dos campos de interesse do homenageado, além de sua louvável interlocução com distintas áreas do conhecimento.

Os primeiros ensaios da coletânea buscam contextualizar a obra e o perfil pessoal e acadêmico de Gabriel Cohn, destacando-se neles, unanimemente, a personalidade introvertida e o humor delicado e apurado associados a um rigor analítico e teórico "prussiano". Os demais ensaios são alusões a objetos que constituíram em algum momento preocupações de Gabriel Cohn, por meio de pes-

(1) Por ocasião da exposição foram feitos comentários na imprensa no sentido de comparar Elisa Bracher a Richard Serra, como se houvesse um projeto análogo de espacialização em seus trabalhos.

(2) Cf. Salzstein, Sônia. "Uma dinâmica da arte brasileira: Modernidade, instituições, instância pública". *Novos Estudos*. São Paulo: Cebap, nº 50, março de 1998, pp. 169-189.

quais próprias ou de trabalhos por ele orientados. Assim, as contribuições vão do campo da comunicação e da linguagem até os dois belos ensaios finais sobre a obra musical, respectivamente, de Gabriel Fauré e Maurice Ravel, passando, entre outros, pela lembrança ao "leitor de Weber" presente no texto de Raimundo Faoro, pela oportuna recuperação feita por Barbara Freitag dos estudos empíricos da Escola de Frankfurt, pelo contraponto entre razão e história apresentado por Octavio Ianni, pela discussão sobre os intelectuais e o Partido Comunista feita por Albino Rubim, pela reconstrução da história da implantação da indústria siderúrgica no Brasil desenvolvida por Regina Morel e, finalmente, pela retomada do tema da democracia, que aparece, com enfoques variados, nos trabalhos de Fábio Comparato e Charles Pessanha.

Diante da impossibilidade óbvia de comentar adequadamente aqui cada um dos ensaios da coletânea, gostaria de deter-me em algumas das contribuições, já que estas apresentam, conforme entendido, um fio condutor comum, além de constituírem expressões-síntese de algumas transformações importantes nas ciências sociais no Brasil.

O ensaio de Josué Silva investiga quais seriam os destinatários contemporâneos da teoria crítica, sustentando que estes já não podem mais ser identificados na figura do trabalhador, mas devem ser buscados no cidadão. O autor inicia por reconstruir a inflexão operada por Habermas no interior da teoria crítica, ao mover-se do paradigma da produção para o paradigma da comunicação. Axel Honneth, expoente da terceira geração da Escola de Frankfurt, chama-nos a atenção, conforme lembra Silva, para uma consequência política indesejada de tal inflexão. Na formulação habermasiana, as possibilidades emancipatórias deslocam-se para os processos associados à racionalização comunicativa do mundo da vida, fugindo assim à esfera de ação dos indivíduos. Honneth procura contornar tal dificuldade introduzindo, no escopo do paradigma da comunicação, a categoria do reconhecimento social. Ou seja, o lugar de referência social (pré-teórico) da abordagem crítica deveria transferir-se para os processos cotidianos de construção do reconhecimento social, portanto para as condições efetivas sob as quais as pessoas buscam ser reconhecidas. Josué Silva, malgrado compartilhar da crítica de Honneth à limitação política do projeto habermasiano, discorda da oportunidade do

recurso à idéia de reconhecimento social. Para Silva, é a noção de cidadania que constituiria o solo adequado para o ancoramento social da teoria crítica, "podendo contemplar ao mesmo tempo o justo e o bom, o universal e o particular, o procedimento e a substância" (p. 135). Ainda que original e consistente, a proposta de Silva deixa uma dúvida intrigante. Ora, mesmo tendo penetrado o campo do discurso e da ação dos atores sociais, a noção de cidadania não pode ser dissociada de sua dimensão generalizante e abstrata. A cidadania não constitui, portanto, uma experiência social de primeira ordem; é resultado daqueles processos que Freitag, em seu ensaio no volume apreciado, chamou de "revalidação discursiva de fatos" (p. 117). Ou seja, a cidadania conforma, na melhor das hipóteses, a normatização de formas desejadas de reconhecimento social e se legitima e se realiza plenamente a partir de sua validação discursiva. Deste modo, diferentemente das experiências cotidianas de luta por reconhecimento, movidas por noções de justiça que são, num certo sentido, anteriores à busca de sua própria validação discursiva, a noção de cidadania é prisioneira daqueles mesmos processos sociais que levam à expansão da racionalidade comunicativa. Não fica evidente, por isso, como o recurso à noção poderia reparar as insuficiências apontadas por Silva no chamado paradigma da comunicação.

O trabalho de Jessé Souza também se ocupa da contribuição recente de Habermas, buscando desfazer o que o autor qualifica como um mal-entendido, a saber, a afirmação que se ouve reiteradamente de que as formulações do autor alemão pouco ajudam no estudo dos problemas brasileiros, na medida em que dizem respeito a sociedades pós-industriais, pós-tradicionais e com democracias há muito consolidadas. Uma das grandes contribuições teóricas que Habermas poderia oferecer à investigação social no Brasil, segundo Souza, consiste nos elementos para uma mudança importante na forma de pensar a própria política. O domínio das abordagens marxistas e da escolha racional nesse campo de estudos no Brasil teria feito com que a política fosse tratada unicamente como universo do confronto de interesses e da ação estratégica, desconsiderando-se a "dimensão moral do fenômeno político" (p. 154). Ao mostrar que, no universo da política, ao lado da violência presente nos conflitos de interesses e das tentati-

vas repetidas de manipulação de sentidos, também tem lugar a construção do convencimento e do consenso, a contribuição habermasiana prestar-se-ia à elucidação de fenômenos que não podem ser completamente compreendidos no marco das abordagens hegemônicas em nosso país. Assim, os processos de aprendizado coletivo catalisados pelos movimentos sociais na última década e a correlata afirmação da transparência e da universalidade das regras como valores a serem perseguidos publicamente constituem, para Souza, exemplos de desenvolvimentos que apontariam para a dimensão moral da política. Ao mesmo tempo, tais fenômenos mostrariam que a fragilidade das instituições democráticas e a prevalência de formas tradicionais de dominação política no país não impediram que a linguagem comum expressiva das questões cotidianas pudesse ser traduzida na linguagem sistêmica da política e do direito.

Afastados os "mal-entendidos", Souza lega-nos inquietadora alusão ao que considera a limitação mais séria da contribuição habermasiana para a compreensão do fenômeno político não só no Brasil, como em outras partes, qual seja, a absoluta desconsideração pelo autor alemão do irracionalismo, na forma como já mereceu a atenção de autores tão diversos como Weber, Schumpeter e Freud. Para Souza, o irracionalismo é uma característica marcante dos fenômenos políticos; não considerá-lo seria perder de vista processos de importância constitutiva para a política contemporânea.

É também com uma alusão velada a Freud que J. Maurício Domingues conclui seu apanhado sobre a sociologia alemã contemporânea. O fascínio pela modernidade predominante, segundo Domingues, na sociologia alemã hoje levaria ao ocultamento das evidências de que o projeto moderno não cumpriu suas promessas e à decorrente relutância em extrapolar o marco teórico modernista. Domingues alerta, estendendo a advertência para a sociologia brasileira, que "aquilo que se recalca nos espanta e acaba por retornar, sabe-se lá como, em algum momento do futuro" (p. 176). Além de adequada à sociologia brasileira, a advertência do autor talvez se aplique ainda com maior contundência à nossa sociedade: os fenômenos presentes de regressão coletiva, como aqueles comandados pela televisão brasileira e recebidos com inusitada histeria por uma certa elite intelectualizada, só podem ser vistos como retorno, agora

como patologia, daquilo que a teleologia modernista, voltada para a negação do país realmente existente, recalcou.

Conforme Domingues, apenas Hans Joas e Peter Wagner, entre os cientistas sociais germânicos contemporâneos, apresentam contribuições que se afastam significativamente do evolucionismo modernista que o autor percebe como hegemônico em solo alemão. Talvez aqui haja certo exagero na generalização, como o próprio ensaio de Domingues acaba revelando em suas entrelinhas. Autores como Ulrich Beck e sua sociologia do risco, Klaus Eder, que busca construir sua crítica à modernidade a partir dos movimentos sociais, além de Axel Honneth, que oferece um agudo diagnóstico sobre as "patologias da modernidade", constituem contra-exemplos e rupturas importantes com o fascínio modernista percebido genericamente por Domingues. Além desses nomes centrais no debate alemão contemporâneo, há em campos específicos, como na literatura de gênero, na sociologia do meio ambiente e dos movimentos sociais, vasto material que aponta para a denúncia teoricamente rigorosa e politicamente cortante dos limites do "projeto moderno".

Um outro reparo ao ensaio diz respeito à constatação de uma "influência decrescente" da obra de Habermas na sociologia alemã contemporânea. Se é verdade que a densidade e a diversidade do debate teórico alemão, além da importante obra de Niklas Luhmann, descartam a possibilidade de uma hegemonia isolada, não é menos verdade que as produções de Habermas continuam centrais para praticamente todos os sociólogos alemães contemporâneos. Além disso, tem-se assistido a um visível crescimento da importância dos trabalhos do autor para o debate público e à expansão de sua influência para outras áreas do conhecimento. Campos como o direito, a comunicação social, a ciência política, a filosofia política e mesmo a economia, por meio da ética econômica (*Wirtschaftsethik*), têm estreitado sua interlocução com a obra de Habermas.

Se o evolucionismo perturba Domingues, o progresso moral constitui o objeto e a opção declarada do ensaio de Álvaro de Vita. O autor aceita o desafio de tratar um tema ao mesmo tempo clássico e atualíssimo da filosofia política, a saber, a busca de superação do relativismo cultural para o estabelecimento de parâmetros universais de justiça. A refle-

xão de De Vita apóia-se na idéia da justiça igualitária e, no ensaio em tela, particularmente na contribuição de Amartya Sen — tão influente no debate internacional e ainda insuficientemente conhecida no Brasil. De Vita procura, basicamente, levar às últimas conseqüências o postulado normativo da igualdade humana fundamental, o que significa estabelecer a equidade como princípio articulador da justiça distributiva. O autor distingue a classe, entendida como o ambiente social condicionante das possibilidades individuais, a discriminação, os talentos individuais e o empenho pessoal como fatores que determinam o acesso desigual à riqueza e às oportunidades de autodesenvolvimento. A partir daí, mostra que a discriminação e a classe são fatores externos às possibilidades individuais de influência e que, portanto, precisam ter neutralizados seus efeitos distributivos, se se pretende a prevalência da justiça igualitária. Os talentos, por outro lado, são repartidos desigualmente entre as diferentes pessoas a partir de uma "loteria genética" e precisam também ter suas conseqüências para a distribuição dos recursos relativizadas. Apenas as desigualdades decorrentes dos diferentes níveis de empenho pessoal poderiam ser aceitas como não injustas por princípio.

A fundamentação rigorosa dos argumentos de De Vita em favor do universalismo equitativista faz do ensaio um dos momentos altos da coletânea. O esforço, contudo, parece não contornar uma conhecida dificuldade apresentada por empreendimentos como este. Trata-se de perguntar, repetindo os termos usados acima: onde se encontra, efetivamente, o ponto de ancoramento na sociedade dos parâmetros de justiça propostos que permitisse avaliar as possibilidades de sua generalização? A valorização do empenho pessoal e a centralidade do indivíduo no projeto igualitário proposto denunciavam sua afinidade com um tipo particular de tradição cultural, tornando temerária a tentativa perseguida de associar um tal projeto a parâmetros absolutos de "progresso moral". Sociedades coletivistas ou fundadas na hierarquia têm seguramente critérios distintos de distribuição de riquezas e oportunidades, mas nem por isso podem ser *a priori* desqualificadas como moralmente pouco avançadas. O que se defende aqui, certamente, não é o relativismo que impede qualquer julgamento moral das diferentes formas de vida existentes. O julgamento exige, contudo, o recurso a critérios que

combinem a busca de parâmetros universais de justiça com uma consideração mais adequada dos valores internos de cada sociedade.

Mais além desse diálogo, seguramente sumário e insuficiente, com alguns dos ensaios do volume, gostaria de destacar uma certa tendência que a natureza e a qualidade de tais contribuições claramente indicam. Escritas por autores que apresentam, entre os cientistas sociais reunidos no volume, possivelmente os sobrenomes menos conhecidos pela academia brasileira — Silva, Souza, de Vita, Domingues —, as contribuições comentadas indicam a revivificação do interesse pelas preocupações teóricas no seio das ciências sociais brasileiras, movimento de resto igualmente evidenciado pelo visível crescimento do número de artigos e livros dedicados a questões teóricas lançados no país.

A fina sintonia que os autores destacados mantêm com o debate internacional em nada se confunde com o incursão naquela dificuldade clássica das ciências sociais brasileiras de que nos falava Bernardo Sorj nos anos 80 e que é lembrada agora por Ortiz na coletânea. Não se trata mais de tomar o debate internacional como referência para identificar "o que não somos" (p. 303), o que nos falta para sermos modernos, democráticos e desenvolvidos. O recurso à literatura estrangeira nestes autores tem precisamente o sentido de buscar desvelar os problemas da ideologia mistificadora do moderno e da apologia da transformação social imaginada pelos intelectuais e capitaneada pelo Estado, as quais têm marcado o Brasil de Washington Luís a Cardoso. É por meio da difícil afinação do debate internacional com a busca do conhecimento aprofundado e consistente da realidade social brasileira que os autores parecem querer construir sua perspectiva crítica.

Por isso mesmo, a "ousadia crítica" de Gabriel Cohn — seu envolvimento persistente e cuidadoso com a teoria social — constitui para esse grupo de autores mais que um exemplo e uma referência. No rigor analítico e na densidade das interrogações teóricas de Cohn, estes vêem seguramente projetada a advertência, igualmente estimuladora e desafiante, sobre a longa estrada à sua frente.

Sérgio Costa é professor da UFSC e pesquisador do Cebrap. Publicou nesta revista, em co-autoria com Denilson Werle, "Liberais, comunitaristas e as relações raciais no Brasil" (nº 49).